

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Picadinho

Os políticos começaram a desembulhar o pacote e as críticas aparecem em picadinho. Uns criticam uns pontos, outros têm resistências diferentes. Há, ainda os que aproveitam a chegada dos temas econômicos ao centro das atenções para oferecer sugestões práticas. Crítica global, o PT e os seus aliados já fizeram e fazem, em tese. O que não apresentaram até agora são alternativas com aparência de operacionalidade.

O crítico mais persuasivo, por ser o mais antigo e experiente, é o deputado Delfim Netto. Há meses que ele diz tudo o que o senador José Serra tem de calar, ou seja, que a sobrevalorização do real fez com que a exportação se tornasse o pior negócio do Brasil e a importação o melhor. A consequência seria, como foi, a abertura de um rombo progressivo na balança comercial, o que, somado às obrigações da dívida externa e a outros déficits, acabaria por colocar em risco a moeda. É dele a piada de que a única razão de serem 51 as medidas é que 51 é uma boa idéia.

Maria da Conceição Tavares, que faz cara de Medéia depois de matar os filhos, ou de

bro, o presidente da República e alguns governadores aliados poderão salvar-se, mas os candidatos ao Congresso, cujos mandatos são mais precários, correm riscos maiores.

Fértil palpiteiro é Paulo Lustosa (PMDB-CE) que já foi presidente do Sebrae e, portanto, é antenado nas dificuldades e no potencial das pequenas e médias empresas. Observa:

— Não custa nada, ou muito pouco, tomar algumas medidas a favor do pequeno empresário e dos trabalhadores mais pobres. Por exemplo: nos Estados Unidos, separa-se uma cota das compras governamentais para as pequenas e médias empresas, que são as maiores empregadoras da economia.

matar os alunos, no caso, entre muitas críticas técnicas, garante não existir falta de parvos capaz de convencê-la de ter sido a queda da bolsa de Hong Kong que permitiu ao Governo descobrir cem mil aposentadorias irregulares ou 33 mil funcionários inúteis e sem estabilidade. Concorde com a observação de Delfim de que boa parte do pacote se deve a uma limpeza das gavetas de vários ministérios, que estudavam algumas medidas há tempos e aproveitaram a oportunidade para colocá-las em vigência. Põe o dedo em outra ferida: prevê um gigantesco aumento da inadimplência de quem está pendurado no cheque especial e no cartão de crédito. “Nenhum assalariado agüenta juros desses”, diz. “Essa gente vai acabar quebrando o sistema bancário. Deus queira que não consigam quebrar até o Bndes.”

O monarquista Cunha Bueno continua fiel à aliança entre a ala direita do PPB e o PT. Percorria ontem o plenário colhendo assinaturas de apoio a um projeto que propõe a redução de 95% das despesas de publicidade governamental previstas para 1998, o que representaria uma economia de meio bilhão de reais. Protesta contra o aumento dos combustíveis, alegando não ter o Governo meios de obrigar a Petrobrás a entregar o lucro extra que deverá ter.

A crise abriu campo para sugestões variadas. Pensar a economia e maneiras de aliviar a recessão, que todos julgavam inevitável, passou a ser uma ocupação generalizada, sobretudo por parte de parlamentares governistas, temerosos das consequências eleitorais do desemprego. Em outo-

No Ceará já se fazia isto, com excelentes resultados no emprego, mas o Tribunal de Contas decidiu que a medida era ilegal. Podíamos aprovar depressa uma lei para acabar com o impasse. Outra coisa: o fundo que será criado no Bndes para garantir as pequenas e médias empresas exportadoras, não podia ser aberto para todas elas?

Lustosa defende a adoção do que chama de “tecnologias de sobrevivência”, baseadas em pequenas experiências que já deram certo, tanto no Brasil como em outros países. Seria uma maneira de defender o emprego das migrações do capital andorinha, o que voa ao menor susto, como se diz na Argentina. Sugere, por exemplo, que se crie um regime especial para os trabalhadores do mercado informal, que poderiam descontar para o Inss como se fossem empregados domésticos. As pequenas e médias empresas poderiam ser incentivadas a criarem centrais de compra e venda de insumos e receber avais bancários com os que são dados através do Pronaf, o programa de financiamento da agricultura familiar. Caso os bancos não se interessassem por este tipo de operações, a estrutura dos Correios poderia ser utilizada. Finalmente, Lustosa defende a desoneração do ICMS dos produtos da cesta básica. Segundo ele, estudos do Ipea mostram que essa desoneração representaria um aumento do poder de compra dos baixos salários que vai de 11 a 17%.

O pacote como se vê, já produziu dois resultados: desviou as discussões do aumento dos juros, que é o tiro na testa do crescimento econômico, e despertou a criatividade dos políticos.